



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

-----Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em reunião extraordinária na Sala de Reuniões da Casa Museu Cunha da Silveira, verificando-se a ausência dos seguintes conselheiros: Lena Felicidade Pereira Amaral, Ricardo Machado Mariante, Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante, António Laureno Oliveira Silveira e Mário César Lopes Soares Veiros, cujas faltas se encontram devidamente justificadas. Não esteve presente o Senhor Presidente do Município de Velas, Luís Virgílio de Sousa da Silveira que se fez representar pelo Senhor Vice – Presidente, Marco Diocleciano Silva Almada.-----

-----Não estiveram também presentes na reunião os Conselheiros: Fernandino Bettencourt Simas, João António Barbosa Sequeira e Mónica Duarte Gonçalves, cujas faltas não foram justificadas.-----

-----Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: **Elaboração de Parecer “Anteproposta de Plano da Região Autónoma dos Açores**, sendo que o mesmo vai ficar apenso a esta ata.-----

-----Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha, Hélder Martins, fez um pequeno enquadramento do motivo da convocatória. -----

-----Iniciados os trabalhos, tomou da palavra a Senhora deputada Catarina Cabeceiras que disse que ao analisar o Plano que o mesmo é do conhecimento público e tem por base o endividamento zero, o que se reflete no plano. A situação mundial de instabilidade política e económica também têm o seu impacto. Refere medidas que já estão previstas e são de âmbito regional (combustível social, etc.). De apoio às empresas está previsto um programa de capitalização às micro e pequenas e médias Empresas. Em relação a São Jorge, todos já conseguiram analisar o Plano, sendo que o mesmo tem medidas que já estavam contempladas, outras novas, como por exemplo a ampliação do aeroporto e medidas cruciais no âmbito do PRR como o Centro Intergeracional de Santo Antão e a Estrada Transversal. Disse que da experiência que vai tendo da sua passagem pela política, é importante analisar as ações abertas, mas mais do que isso, importa termos o cuidados de passados seis meses, do novo ano que se aproxima, elaborarmos uma tabela, a pedir ao governo o ponto de situação/execução. Mencionou ainda que concursos desertos vão acabar por dar lugar a rúbricas abertas, mas o mais importante é que fechem rúbricas para podermos avançar.-----

-----De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira que frisou que a conjuntura está complicada para todos e que todas as ilhas têm um corte de orçamento. Debruçando-se sobre um assunto que se arrasta há muitos anos, o assunto do Porto da Calheta, disse ser importante que este valor previsto, seja bem pensado e que haja coragem política e da comunidade para se perceber tecnicamente o que é que é possível fazer. Dragagem: tecnicamente vai alterar a



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

ondulação dentro da baía, e se é para recreio náutico se calhar não faz sentido avançar com a mesma. Tem de haver um contributo de quem manda e da comunidade para se perceber o que se pode fazer de melhor. Outra situação é sobre a Caldeira de Santo Cristo que tem vindo a arrastar-se, os estudos da proteção da ameijoia, proteção da máquina que lá está, há rúbrica aberta, há capacidade de fazer alguma coisa, mas temos de ter capacidade de acompanhar e fiscalizar a execução. No geral, endividamento zero e priorizar o que está no orçamento que são fundos comunitários. Temos de fazer todos um esforço de nos centrarmos em coisas concretas e pugnar perante quem decide para que sejam concretizadas.-----

-----De seguida a Senhora deputada Isabel Teixeira informou que os deputados estão no Conselho de Ilha como deputados regionais, que os seus colegas têm outro conhecimento porque fazem parte da coligação que está no Governo e que ela tem acesso aos documentos como os Senhores conselheiros têm. É importante que todos falemos à mesma voz, sem politiquices e que é necessário acompanhar as rúbricas e a execução para confrontar os senhores secretários.-----

-----O Senhor Vice Presidente da mesa do Conselho de Ilha apresentou de forma sucinta o parecer do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Velas e do Senhor Presidente da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge que não puderam estar presentes. Em seguida pediu a palavra o Senhor Conselheiro Orlando Gomes que pediu para se fazer chegar o parecer do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Velas a todos os conselheiros, sendo que o Senhor Vice-presidente da mesa do Conselho de Ilha se comprometeu a fazer chegar.-----

-----A conselheira Angelina Rocha, lamenta que a crise afete apenas algumas ilhas. Salienta que somos poucos em São Jorge e só temos trinta e pouco por cento de execução orçamental e que a execução das obras tem de ser feita e seguida pelos nossos representantes. Diz não acreditar que só havia dezassete milhões de euros para gastar em São Jorge, frisando que no Topo se gastaram três milhões porque aquelas pessoas têm o mesmo direito e valor das que vivem no Toledo, na Calheta e nas Velas, têm mais do que direito de ter condições de dignidade. Disse ainda que quando este governo iniciou funções, a Caldeira estava mal e continua a estar mal, porque a máquina continua no mesmo sítio. Em relação aos agricultores disse só ver dez mil euros para dar formação aos agricultores o que lhe parece um assunto gravíssimo, sabe bem as dificuldades dos agricultores e acha ofensivo colocarem lá aquele valor para dar formação. Diz que a economia da ilha está toda à volta do leite e que se está a dar pouca atenção a esse sector, salientando que este problema é muito antigo, mas não se estão a pensar em soluções porque dez mil euros não resolve o problema deles, dizendo que o valor é mesmo uma vergonha numa ilha que depende da produção de leite. São Jorge é o parente pobre, São Jorge e as outras 4 ilhas desfavorecidas. Termina dizendo que



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

não há obras de fundo para lado nenhum da ilha e que as últimas notícias dizem que vai haver grandes obras no Pico e Faial.-----

----De seguida o Senhor Presidente do Município da Calheta, Décio Pereira colocou uma questão aos Senhores Deputados regionais acerca do PRR e que foi a seguinte: desses milhões todos (para os Açores são mais de 100 milhões), que não são do orçamento regional, sabem se há verdadeiros investimentos para serem feitos na ilha de São Jorge?-----

----A deputada Regional Catarina Cabeceiras respondeu dizendo que sabe que o Centro Intergeracional e a Transversal vão ser parcialmente financiados com fundos do PRR. No início de novembro vão ter audições com membros do governo e pode questionar se há mais obras.-----

----Solicitou a palavra o Senhor Conselheiro Roger Sousa, que informou que tanto quanto sabe e na parte referente à Vice Presidência a creche do Centro Intergeracional é financiado pelo PRR e na parte da Habitação têm cerca de um milhão de euros para investimento direto no loteamento dos Casteletes para quatro habitações, reabilitação de outras seis habitações (duas na Calheta e quatro nas Velas). Se conseguirmos ter uma execução rápida deste dinheiro, ainda conseguiremos ir buscar mais algum dinheiro para São Jorge. A Região tem todo o interesse em executar o máximo do dinheiro que consegue ao abrigo do PRR, mas há coisas que não são candidatas como por exemplo a obra da Santa Casa da Misericórdia das Velas. Diz que o PRR tem regras mais apertadas que os fundos comunitários e que quanto mais articulação e maior rapidez houver na execução, mais fundos conseguiremos.-----

----Pedi a palavra o conselheiro Décio Pereira que frisou que para as obras serem executadas com a máxima rapidez possível, temos de ter todos acesso à mesma informação e ao mesmo tempo. Alerta para os apoios às famílias e pessoas mais carenciadas que têm de ser mais descortinados para que sejam efetivamente só apoiados os que precisam. Mencionou que a taxa de execução foi muito baixa e que não se gastou dinheiro em São Jorge, foram menos de vinte milhões de euros em relação ao ano passado e que o preocupa fundamentalmente o Matadouro. Disse que há que distinguir investimentos do Concelho e investimentos de ilha e que toda a vereação da Câmara da Calheta está descontente com as prioridades que o governo estabelece neste documento analisado, porque quer fazer muitas intervenções, mas não sabe o que quer fazer e alguns investimentos podem chocar com outros, sendo que há valores que não são suficientes nem servem para executar o que se propõe o que o leva a crer que ou não sabem o que estão a fazer ou não querem concluir efetivamente as obras. Salaria que não há um cêntimo para a Câmara da Calheta para água para a lavoura, mas para o Pico há um milhão e meio e que não há muitas ilhas no mundo que tenham um serviço de ligação tão ativo como o Pico e o Faial porque eles têm uma excelente rede e, no



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

entanto, vão aumentar as duas pistas. Por fim diz que fizeram tantas diligências para fechar os dois pontos de extração de bagacina de onde saíram toneladas para a lavoura, no entanto, não está previsto neste plano esse abastecimento e não vai haver bagacina para ninguém. Por tudo o mencionado dá parecer negativo, que será tornado público e dará exclusivamente ao PGR os motivos.-----

----O Senhor conselheiro Orlando Gomes pediu para intervir dizendo que se sente revoltado com o conteúdo da proposta e que o que interessa para São Jorge não é o que está inscrito no PRA, mas sim as execuções. Fez uma análise aos últimos dez anos e diz que normalmente é orçamentado cinquenta milhões para São Jorge e o que efetivamente vem são doze milhões. Por curiosidade, foi ver as taxas de execução na ilha com mais população e a taxa de execução foi de setenta e quatro por cento. Diz que como é que é possível se falar em ilhas de coesão, caminhar juntos, quando na realidade é uns à frente e outros atrás. Menciona que há medidas que se repetem há dois ou três anos e que vê no seu Concelho, que é o que representa, que o porto de recreio será feito em 2023, se for, mas que se andou três ou quatro anos para ser feito o projeto, mas anunciam que São Roque vai ter uma bruta marina. Coloca no ar a questão: quando é que efetivamente vamos ter coisas construídas? A ilha está separada em termos de desenvolvimento, fala-se na introdução das taxas e das estatísticas... O Concelho da Calheta é um dos Açores que tem a maior taxa de idosos, com tendência a piorar e nem tem metade da capacidade das camas da Casa de Repouso das Velas. Refere que no Centro Intergeracional vai ser feito, centro de dia, talvez vá albergar alguém de noite, mas que não é uma solução para o problema que existe, porque tem vinte e oito camas para oitenta nas Velas. -----

-----De seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta Décio Pereira, informou que o Governo Regional pediu apoios à Câmara para o matadouro e para trilhos pedestres, dizendo que o governo geriu de forma maliciosa o valor dos apoios, deveria ter perguntado quanto ia custar e iniciar procedimentos com base nesse valor, que não é vir pedir os homens da Câmara para as obras do matadouro.-----

----O Conselheiro Orlando Gomes, questionou se alguém sabia se na Graciosa, também pediram aos funcionários da Câmara para ajudarem nas obras do matadouro? Diz que não percebe a lógica deste orçamento que lhe parece uma piada de mau gosto. Não se vê uma coisa fundamental e com horizonte temporal para executar que é mais um ano desperdiçado em São Jorge e isso não devemos permitir. Quando se compara com as ilhas que dão votos, o comportamento não é igual. Diz que o seu parecer será negativo.-----

-----O Presidente do Município da Calheta Décio Pereira acrescentou mais reivindicações que



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

foram solicitadas para São Jorge, tais como: o Município das Velas já há algum tempo que pede para fazer o Museu do Queijo e o Município da Calheta também pediu a Casa das Fajãs, frisando que no Pico existem centros de interpretação em quase todas as freguesias, mas que para aqui não há dinheiro.-----

-----De seguida a deputada Regional Isabel Teixeira questionou se o Município da Calheta é que tinha doado o terreno onde vai ser feito o matadouro o que foi confirmado pelo Senhor Presidente do Município da Calheta.-----

-----O representante dos Jovens agricultores de S. Jorge no Conselho de Ilha, João Leobino pediu para intervir e disse que, este ano houve uma redução muito grande no valor do leite, que o valor pago em São Jorge é muito inferior ao que se paga noutras ilhas, que a Associação não tem voz ativa na Uniqueijo, que São Jorge tem um preço de produção muito mais elevado porque temos exigências por causa da produção do leite cru. O que nos pagam pelo leite é gozar com quem trabalha. Informou que na sua opinião o matadouro só funciona devido às pessoas que trabalham lá, que elas podiam recusar-se a trabalhar naquelas condições. Diz que aquele matadouro foi construído pela Câmara da Calheta. Salientou que o Faial mata menos gado, trabalha a meio gás. Ainda sobre este assunto o Presidente do Município da Calheta Décio Pereira questionou se os senhores deputados têm conhecimento que nós solicitamos ao governo para ter cuidado com o certificado Halal, para o animal ser abatido numa sala virada para Meca. Informou pelo conhecimento que tem, nos Açores não existe nenhum, e que há um mercado muito grande para essa carne. -----

-----A Senhora Conselheira Sandra Brasil, representante do Núcleo Empresarial de São Jorge deixou a ressalva das micro e pequenas empresas e que entende que o valor de dez mil euros é irrisório, mas como formadora na EPISJ, sabe que é difícil conseguir adesão às formações por parte dos agricultores. Disse que não serve de nada reivindicar mais dinheiro se depois abrirem as formações e não houver público para elas. Disse ainda que obras de portos e aeroportos são sempre positivas, porque nós dependemos de acessibilidades para exportar e importar. Entende que a serem feitas ressalvas ao documento, também tem que se sugerir melhorias.-----

-----O Conselheiro José Artur Silva, representante das IPSS pediu para intervir, dizendo que faz parte dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Calheta e que trabalham por amor à camisola e que é sempre pretensão de quem está nas Instituições fazer o melhor para as pessoas que lá estão. Salienta que já fizeram esforços para ampliar o lar porque tem terreno para isso. O que pretendem é uma residência de autonomização para as crianças deficientes que têm de ficar a cargo de alguém, dizendo que pouco ou nada tem sido feito em São Jorge em relação a isso. Informou que o lar tem



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

uma lista de espera de quarenta e oito pessoas.-----

-----A Senhora Conselheira Hélia Amarante, disse que na sua opinião a formação é muito importante para todos, que é casada com um agricultor e ele faz questão de tirar tempo para ir a formações e é isso que lhe permite evoluir na sua área. E que ele quando vai está sempre cheio de gente.-----

-----A Senhora Conselheira Angelina Rocha informou que não era contra as formações, mas que acha que não é só disso que eles precisam. Eles precisam de mais coisas, como por exemplo, mais ajudas e incentivos e isso não está contemplado.-----

-----De seguida o Senhor conselheiro Arlindo Teixeira diz que se congratula com o Centro Intergeracional mas que fica um pouco triste com o orçamento porque não vê nada mencionado para o lar da Calheta e que faltam camas para idosos. Diz que gostaria que os Senhores Deputados Regionais fizessem chegar mais uma vez ao governo a necessidade de verba para a ampliação do lar de idosos da Calheta. Frisa ainda que o cais da Calheta já cansa, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Vamos chegar a uma altura em que alguém nos vai ouvir. Andamos a empurrar com a barriga e temos é de levar este assunto até ao fim. Existem muitos sítios nos Açores com zonas balneares, portos de recreio e comerciais tudo no mesmo sítio (exemplo Praia da Vitória), que o porto da Calheta precisa de melhores condições para os atuneiros, TMG, veleiros, marítimo turística. Diz ainda que a Calheta também merece ter algo mais, visto que o aeroporto e o porto comercial estão no Concelho das Velas.-----

-----Interveio o Senhor Conselheiro Roger Sousa, informando que um plano e orçamento nunca é consensual. Cada um defende os seus orçamentos, de acordo com a sua cor política e o partido do governo, mas que aqui não lhe parece que seja uma situação desse tipo, só reconhece ideologias políticas em alguns elementos das Velas. Menciona que é preciso que se perceba que estamos a discutir uma questão de investimento, de obras. A agricultura não se pode pensar apenas no que está aqui e na sua opinião para a necessidade de formação em São Jorge, dez mil euros parece-lhe suficiente. Na Escola Profissional de São Jorge nos cursos de Agropecuária, cerca de sessenta jovens em nove anos foram formados, mas mais de cinquenta por cento dos alunos desses cursos são de fora da ilha. Informou que no ano passado a Escola Profissional candidatou formações de vinte e cinco e cinquenta horas para a área da agricultura e não conseguiram número mínimo de inscritos. Nem o governo nem a EPISJ tem obrigação exclusiva de dar formação aos agricultores. São Jorge é das ilhas que tem maior cobertura per capita de camas residenciais. Este governo tem tentado arranjar outras soluções. Frisa que não é só dizer que não concordamos, é importante que vá lá escrito em que é que não concordamos e dar um parecer construtivo.-----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 6/2022

----O Senhor Conselheiro Renato Bettencourt, pediu para intervir frisando, que para São Jorge não há nada relativo à cultura. Os vários pedidos de apoio tanto do Museu do Queijo, como da Casa das Fajãs são inexistentes, tem oitocentos e cinquenta mil euros para âmbito regional e o teatro Micaelense, tem desse bolo seiscentos e cinquenta mil. Diz que não concordar com este plano de maneira nenhuma. Em relação à Transversal, há um milhão de euros, não está claro se é só para a Transversal ou para o parque rodoviário da ilha que está uma vergonha.-----

----Foi colocado à votação o ponto um e único da reunião, em minuta e para imediata executoriedade, tendo sido reprovada a anteposta, com treze votos contra, quatro votos a favor e zero abstenções.-----

----E nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho de Ilha deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da reunião:

Os Secretários da reunião:



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor
Secretário Regional das Finanças,
Planeamento e Administração Pública
Rua de São João nº47
9504-533 Ponta Delgada

Sua Referência:
SAI-SRFPAP/2022/265

Sua Comunicação de
30/09/2022

Nossa referência
CI.212/2021_2025

Data
20/10/2022

ASSUNTO: Pedido de Parecer – Anteproposta do Plano Regional Anual para 2023

Em resposta ao solicitado por V. Exa, através do V. Ofício SAI-SRFPAP/2022/265 de 30/09/2022, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido a 11 de outubro de 2022, discorda com o que está plasmado nas ações previstas em sede de Anteproposta para o Plano Regional anual de 2023.

Deste modo, existem ações previstas e orçamentadas que são positivas, contudo, há aspetos que este Conselho de Ilha não consegue vislumbrar no documento em apreço e que passamos a enumerar:

- Rubrica “9.8.12 - Aeródromo da Ilha de São Jorge - ampliação do parque de estacionamento do Aeroporto de São Jorge”, onde persistem dúvidas acerca da dimensão do projeto e verba inscrita;
- Rubrica “9.8.7 – Porto da Calheta de São Jorge”, no que respeita à dragagem do Porto da Calheta, apesar da mesma estar orçamentada, o valor parece insuficiente para a mesma (valor diminuiu aproximadamente 50% em relação PRA 2022). Não existe verba prevista, nem para proteção da baía, nem para o reordenamento da mesma;
- Rubrica “9.12.1 – Apoio ao tráfego local”, permanecem neste conselho as dúvidas relativamente aos seus pressupostos e de que modo irá ser aplicada;
- Rubricas “9.15.5 - Beneficiação e pavimentação de estradas regionais” e “9.32.23 - Estabilização da zona adjacente ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Calheta de São Jorge” a verba inscrita parece manifestamente diminuta para a realidade das necessidades. Relativamente aos investimentos/apoios às empresas da ilha, não são observáveis medidas concretas que permitam fazer frente à conjuntura Mundial presente, quer à passada que ainda não foi ultrapassada (crise pandémica seguida de crise sísmica).

No que concerne à lavoura é opinião unanime deste conselho de ilha que face à atual conjuntura económica e às condicionantes específicas da produção de leite em São Jorge, o valor de 10000 euros em formação, não será suficiente para mitigar os constrangimentos e dificuldades que este setor enfrenta atualmente. Tendo em conta que este sector é



fundamental para a economia da ilha, a inexistência observável de outras medidas concretas para o mesmo, é fator de grande apreensão.

Por último e de forma geral, numa ilha onde, tal como nas restantes, vivemos um período pandémico altamente condicionante, seguido de uma crise sísmica e mais recentemente uma crise económica a nível mundial, uma redução de aproximadamente 22 milhões de euros em relação ao Plano Regional de 2022, associada a consecutivas taxas de execução dos PRA anteriores, que se situaram sempre abaixo dos 40%, deixa um elevado nível de preocupação em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade futura da ilha de São Jorge.

Para além do exposto, importa referir outros aspetos que também não vemos discriminadas no documento, mas que para nós são importantes, os quais passamos a enumerar:

- Construção do novo Matadouro de São Jorge (rúbrica 6.3.4 nos 2 últimos PRA);
- Construção do Núcleo de Recreio Náutico da Calheta (rúbrica 10.8.20 PRA de 2021);
- Certificação aérea noturna do Aeroporto de São Jorge;
- Extração de bagacina para a lavoura (Pontos de extração encontram-se encerrados);
- Museu do Queijo de São Jorge;
- Pavimentação e Reabilitação do POA Ponta dos Rosais/Sete Fontes/Farol;
- Novo Parque Combustíveis de São Jorge;
- Novo Bloco a Sul do Centro Saúde de Velas;
- Reabilitação do Edifício da Santa Casa Misericórdia de Velas;
- Projeto "Casa das Fajãs";
- Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta;
- Adaptação do centro de processamento de resíduos às reais necessidades da ilha;
- Investimentos/ Apoios na área da cultura.

Concluindo, solicitamos ao Governo Regional que tenha a melhor atenção sobre o exposto, na expectativa de que o Plano Anual Regional para 2023 contemple aqueles que são os investimentos mais estruturantes para desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge



Assinado por: Helder Manuel
Matos Chaveiro Martins
Identificação: 8110566967
Data: 2022-10-20 às 16:59:21

artins